

-----**ATA NÚMERO 39/2014**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM DEZASSEIS DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E  
CATORZE.**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar, esteve presente a Dra. Filomena de Fátima Marcos Pita de Fernandes, diretora do Departamento Jurídico.-----

---Presente, ainda, o Senhor Ênio Dionísio Vieira Martins, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade, da CDU.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** - Verificou-se não estar presente o Senhor Vereador Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade, cuja falta foi justificada pelo Senhor Presidente.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - O Senhor Presidente iniciou este período informando que o Orçamento da Câmara, para dois mil e quinze, será submetido à apreciação do Executivo, na reunião do dia trinta (30) do corrente mês. Tratando-se de uma reunião pública e com um horário específico, propunha que os trabalhos se iniciassem às catorze horas e trinta minutos, mantendo-se o horário para intervenção do público, às dezassete horas e trinta minutos.-----

--- - Esta alteração foi aprovada por unanimidade.-----

---Ficou também acordado que, brevemente, será submetida a aprovação do Executivo uma alteração ao Regimento das Reuniões da Câmara, visando, entre outras questões, a alteração do horário das reuniões públicas, conforme previsto no número um do artigo quinto.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que a Câmara recebera, oficialmente, o esclarecimento da Autoridade Tributária, datado de vinte e nove de

setembro, relativamente à questão das empresas sediadas no Centro Internacional de Negócios não estarem sujeitas à derrama. Manifestou o seu contentamento por ver esclarecida esta questão, que vai de encontro à posição, desde sempre assumida por esta Câmara, de que este imposto local não se aplicava àquelas empresas.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira referiu que o grupo PSD está satisfeito pelo esclarecimento prestado pela Autoridade Tributária e pela resolução definitiva desta questão. Disse ser uma grande preocupação, para o PSD, a implementação de qualquer medida que atente contra o Centro Internacional de Negócios, dada a fundamental importância deste Centro para a economia e para o crescimento de emprego na Região Autónoma da Madeira.-----

----- - Intervindo, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu que no dia 24 de outubro – Dia da Igualdade – vai decorrer uma conferência de imprensa, com a presença da Senhora Conselheira para a Igualdade, Guida Vieira, que dará conhecimento do que tem sido feito e do que está programado fazer-se neste âmbito. Terminou convidando toda a Vereação a estar presente.-----

----- - Em seguida, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, levantou uma questão relativa à divulgação das deliberações tomadas nas reuniões de Câmara. Disse que, como é do conhecimento público e tradição desta casa, após as reuniões é dado conhecimento dos assuntos tratados à comunicação social,

convocada para o efeito.-----

---Nas comunicações que vêm sendo feitas, é notório que quem fala não o faz como porta-voz da Câmara, mas sim em nome dos interesses da Coligação Mudança.-----

---Esta situação foi flagrante na última reunião, em que deliberações aprovadas por unanimidade, mas, só por terem sido propostas pela oposição, das mesmas não foi dado qualquer conhecimento à população, não obstante o seu relevante interesse. Deu como exemplo a deliberação que aprovou a prorrogação do prazo para a apresentação das candidaturas, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Financiamento e Apoio ao Associativismo e a Atividades de Interesse Municipal.-----

----- - O Senhor Presidente respondeu que, num sistema democrático, há liberdade de expressão. Tal como o executivo em governação, os Senhores Vereadores da oposição também são contactados pela comunicação social para prestarem a informação que repute de interesse para a cidade.-----

---Acrescentou que a Câmara não pode dar conhecimento de tudo o que é decidido na reunião numa comunicação à imprensa, impondo-se que seja feita uma síntese e é isso que tem sido feito. Referiu, ainda, que todas as deliberações são do conhecimento público, uma vez que as atas são publicitadas. -----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira ripostou, dizendo que não compreende os critérios de síntese expressados pelo Senhor Presidente, lamentando a posição que vem sendo assumida, não

representando a mesma uma normalidade democrática.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, referiu que o porta-voz da Câmara deve dar conhecimento das deliberações aprovadas, pautando-se pelo critério da importância ou relevância dessas deliberações, independentemente do grupo político que as propõe. O mesmo deve ser o mais isento possível e não é o que se passa. ---

----- - O Senhor Vereador da CDU, Ênio Martins, interveio dizendo que concorda com os argumentos apresentados pelos Senhores Vereadores que intervieram anteriormente, nomeadamente quanto à necessidade de imparcialidade da parte de quem presta as declarações aos órgãos de comunicação social devendo, neste caso, fazer referência às deliberações aprovadas, independentemente da força política que as propõe.-----

----- - Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, disse ter tido conhecimento que se irão realizar, no Teatro Municipal Baltazar Dias, dois eventos à mesma hora, aprazados para amanhã às dezassete horas. Contactou o referido Teatro, solicitando esclarecimentos acerca desta situação, pois um dos promotores, Associação AFARAM, ainda não tinha conhecimento desta sobreposição.-----

---Apelou, neste sentido, para que a Câmara tivesse mais cuidado com a marcação dos eventos no Teatro, evitando a sobreposição dos mesmos, principalmente quando algum deles tem uma componente musical, dando como exemplo a situação delicada que

ocorrera no dia quatro de julho passado, em que no Teatro decorria o lançamento dum livro e junto do átrio estava uma banda de música a atuar.-----

----- - O Senhor Presidente informou que já tinha tomado conhecimento desta situação e que a mesma estava a ser solucionada.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, solicitou que a Câmara tomasse providências, no sentido de ser dada uma solução à situação decorrente do barulho constante, provocado pela banda musical que atua junto ao edifício onde funcionava o Café “Golden Gate” e que vem causando forte perturbação às pessoas que desenvolvem a sua atividade laboral nas proximidades. Disse, ainda, que apesar de aquela banda ser de ótima qualidade, em sua opinião, a mesma deveria circular pela cidade e não manter-se localizada no mesmo espaço.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, pediu que a Autarquia interviesse, o mais urgentemente possível, na resolução do problema provocado pelo mau estado do pavimento da passadeira localizada junto à Rua do Aljube. De seguida, solicitou que lhe fossem comunicadas as intervenções programadas para serem executadas na via pública.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, usou da palavra para apresentar uma proposta, a fim de ser agendada para a próxima reunião, de estímulo à natalidade.-----

----- - Intervindo, de novo, o Senhor Vereador do CDS/PP, José

Manuel Rodrigues, disse ter tido conhecimento, através de notícia divulgada na imprensa, da publicação do auto de delimitação do domínio público junto à propriedade da I.T.I. – Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A. cujos proprietários confinantes podiam vedar o acesso ao mar e às zonas de lazer existentes na Praia Formosa. Questionou se esta situação era do conhecimento da Câmara.-----

---Por fim, referiu que a Autarquia deveria envidar todos os esforços, de modo a acautelar os interesses da população, relativamente ao acesso àquele espaço.-----

----- - O Senhor Presidente esclareceu que, efetivamente, fora publicado o referido auto de delimitação do domínio público, no passado dia dezoito de setembro. Que, no entanto, já tinham sido realizadas reuniões com os proprietários do prédio confinante, no sentido de salvaguardar e garantir o acesso dos cidadãos ao mar, ou seja, salvaguardar e defender o interesse público.-----

---Mais referiu que a Câmara tomará todas as providências que se mostrem necessárias e adequadas à salvaguarda deste mesmo interesse.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, solicitou que a Autarquia tomasse providências no sentido de disciplinar a situação problemática, provocada pelos agentes de empresas de animação turística, que procedem à venda de bilhetes no centro do Funchal, com particular incidência junto à marginal. Em sua opinião, ali,

diariamente, há uma espécie de assalto ao turista.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Presidente referiu: “Esta situação é também uma preocupação da Câmara. A sua solução passa, necessariamente, pela concertação e atuação conjunta das entidades com responsabilidade nesta matéria, ou seja: a Câmara Municipal, a Secretaria Regional do Turismo e Transportes e a Policia de Segurança Pública. Já houve contactos com estas entidades com vista à tomada de atitudes ou modos de ação, que ponha cobro ao problema. É um assunto que urge resolver, mas que passa pela realização de um trabalho pedagógico com as entidades referidas, trabalho esse que já está a ser desenvolvido”.--

----- - Sobre esta questão, o Senhor Vereador do PSD, Bruno Pereira, opinou que a ausência de legislação que discipline este tipo de atuação contribui para o agudizar deste problema. Uma das razões para esta venda indisciplinada, assenta no facto das empresas de animação turística, não serem obrigadas a possuir balcão.-----

---Solicitou, depois, que a resolução desta questão fosse uma das prioridades da Câmara.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, colocou diversos assuntos a saber:-----

--- - Apelou para a intervenção da Câmara relativamente ao estacionamento ilegal que, recorrentemente, à noite, se verifica junto ao Forte de São Tiago, situação que desvaloriza a zona e a própria restauração ali localizada;-----



--- - Solicitou a retirada da placa direcional, com a indicação da Praia da Barreirinha, que se encontra colocada no Jardim do Almirante Reis, não fazendo sentido a mesma estar naquele local;--

--- - Alertou para o perigo decorrente do mau estado de conservação do beiral do prédio situado à Rua da Alfândega, número cinquenta e dois, colocando em perigo as pessoas que por ali circulam, atendendo a que parte do mesmo já caiu e o restante ameaça ruir, a qualquer momento;-----

---O Senhor Presidente, sobre esta última questão, disse que mandará verificar, de imediato, a situação.-----

--- - Colocação do espelho no Largo da Forca, retirado aquando da realização das obras que decorreram no local;-----

--- - Solicitou a substituição do espelho existente no Caminho do Lazareto, junto ao Cemitério Judaico, pois o que lá se encontra está danificado;-----

--- - Pediu, também, que fosse colocado um espelho junto à entrada do número 31, do Caminho do Lazareto;-----

--- - Solicitou que a placa direcional que indica a Casa de Saúde Câmara Pestana fosse colocada de forma correta, pois a mesma encontra-se virada ao contrário;-----

--- - Perguntou se havia hipótese de transferir para outro local o Cemitério Judaico, uma vez que o mesmo, por se localizar junto à escarpa rochosa, vem potenciando o deslizamento de campas para o mar.-----

---O Senhor Presidente informou que já foram encetadas

negociações com associações judaicas, tendo como objetivo a resolução desta situação, mas que, até ao momento, não foi apresentada qualquer alternativa viável.-----

-----Finalizando a sua intervenção, o Senhor Vereador do CDS/PP, alertou para o problema decorrente da nova iluminação que está a ser colocada nas novas pontes, sobre a Ribeira de Santa Luzia. A iluminação possui um elevado relevo e está a ser colocada na zona do passeio, tendo originado várias quedas.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador da CDU, Énio Martins, perguntou se a Câmara tinha conhecimento de alguma evolução acerca da utilização do prédio localizado junto ao “Largo do Encontro”, na freguesia de São Roque.-----

---O Senhor Presidente referiu que a Câmara não tinha conhecimento desta evolução.-----

-----Este mesmo Vereador solicitou que o informassem se o prédio, localizado no Caminho do Miranda, tinha sido emparedado pela Câmara, tendo o Senhor Presidente informado que sim.-----

-----Concluindo, apelou para que a Câmara tomasse medidas com vista à desinfestação do Jardim Municipal, onde proliferam ratos.--

---O Senhor Presidente disse que a Câmara intervirá no local, o mais brevemente possível.-----

#### -----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

#### **1 - PROTOCOLOS:**-----

----- - **Minuta de Protocolo a outorgar entre o Município do Funchal e a Delegação da Madeira da Ordem dos Arquitetos:** -

A Câmara aprovou, por unanimidade, a deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: A Delegação da Madeira da Ordem dos Arquitetos (DMOA) e a Câmara Municipal do Funchal (CMF) têm como objetivos comuns o correto ordenamento do território, um urbanismo de qualidade, a defesa e promoção da paisagem, do património edificado, do ambiente e da qualidade de vida das populações; A colaboração estreita entre a DMOA e a CMF contribuirá para a prossecução dos objetivos acima enumerados; Considerado que é atribuição das autarquias locais atender aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas, designadamente nas áreas de intervenção previstas na Lei número 75/2013, de 12 de setembro; Considerando que compete às Câmaras Municipais assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, nos termos da alínea t) do número 1 do Artigo 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; Assim, nestes termos, a Câmara Municipal do Funchal delibera: 1. Aprovar a minuta do protocolo a outorgar com a Delegação da Madeira da Ordem dos Arquitetos.” O referido Protocolo fica a fazer parte desta ata como anexo (A).-----

----- - **Minuta de Protocolo a celebrar entre o Município do Funchal e a Associação Académica da Universidade da Madeira:**

- Foi aprovada, por unanimidade, a deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: A Associação Académica da Universidade da Madeira, de acordo com os seus Estatutos, tem por objetivos promover e apoiar a realização de atividades de interesse científico, pedagógico, cultural, desportivo, de formação profissional e de promoção de acesso ao mercado de trabalho; Estes objetivos coadunam-se com as competências municipais de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e outras de interesse para o Município; O universo dos desempregados é em larga medida formado por jovens detentores de cursos superiores; É de manifesto interesse municipal que se coordenem esforços no sentido de dar oportunidade aos estudantes e antigos estudantes universitários de darem visibilidade pública às competências adquiridas; Da conjugação de esforços entre as entidades públicas, mormente as autarquias, as universidades, os seus alunos e agrupamentos podem surgir oportunidades de emprego ou oportunidades de promoção dos trabalhos dos estudantes e antigos estudantes universitários; A missão da Associação Académica da Universidade da Madeira de prestar e desenvolver atividades de utilidade pública, com o intuito de formar e de dar experiência profissional a estudantes e antigos estudantes da Universidade da Madeira, vem ao encontro das competências municipais de

assegurar a valorização científica e cultural das respetivas populações; Da coordenação destes esforços podem surgir oportunidades de financiamento para projetos de apoio social, promovidos pela Associação Académica da Universidade da Madeira, destinados aos estudantes carenciados que frequentam a Universidade da Madeira; Às câmaras municipais, de acordo com o disposto na alínea u) do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete apoiar atividades de interesse municipal; Assim, nestes termos, a Câmara Municipal do Funchal delibera; 1. Aprovar a minuta do protocolo a outorgar com a Associação Académica da Universidade da Madeira”. O referido protocolo fica, por fotocópia, a fazer parte desta ata como anexo (B).-----

## **2 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL:**-----

----- - **Clube Naval do Funchal:** - Relativamente ao pedido formulado pelo Clube Naval do Funchal (proc.º 35049/14), para o uso do Átrio do Teatro Municipal Baltazar Dias com isenção de taxas, destinado a uma exposição alusiva ao tema “Canoagem, um desporto olímpico”, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção pretendida, de acordo com a informação do Departamento Jurídico (refª 196/DJ/2014).-----

----- - **Lançamento do livro “Memórias dos Savoys Hóteis”:** - A pedido de António Drumond Borges (procº 36571/14), a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação do Departamento Jurídico (refª 197/DJ/2014), aprovar a cedência gratuita do Teatro Municipal para o lançamento do livro “Memórias

dos Savoys Hóteis”.-----

**3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**-----

----- - **Prestação de serviços de representação jurídica do Município do Funchal – parecer prévio:** Perante o respetivo processo (refª 195/DJ/2014), a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de representação jurídica do Município do Funchal no âmbito da “Ação de Impugnação Judicial nº 9/14.7BEFUN”, com Rui Candelária Bettencourt, no valor de € 1.050,00 (mil e cinquenta euros).-----

**4 – OBRAS PÚBLICAS:**-----

----- - **Alteração de Alinhamentos no Caminho da Fé:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração de alinhamentos no Caminho da Fé, freguesia de São Martinho, proposta pelo Departamento de Obras Pública (inf. 129/DOP/2014).-----

**5 – URBANISMO:**-----

-----**5.1 – Obras Particulares:** - Relativamente ao pedido de informação prévia, solicitado por Pausa Diamante, Lda. (procº 29628/14, sub-procº 2012000312), para a obra de construção de um conjunto de equipamentos comerciais, incluindo um posto de abastecimento de gasolina, na Estrada de São João, freguesia de São Pedro, a Câmara aprovou, por maioria, com os votos contra do PSD e da CDU e abstenção do CDS/PP, com voto de qualidade do Senhor Presidente, a seguinte deliberação: - “Deferido como

proposto na informação técnica – DU-115, do Departamento de Urbanismo, parte assinalada com “B”, que se transcreve: “A obra de construção de um conjunto de equipamentos comerciais onde se inclui um posto de abastecimento de combustível para veículos a motor reúne condições de viabilidade, asseguradas as condições de segurança dos prédios envolvidos em estudo de Engenharia geológica/geotécnica/estrutural segundo o previsto na alínea h) do art.º 40º do Regulamento do Plano de Urbanização da Ribeira de São João e atendendo às considerações da informação do Departamento de Obras Públicas, (*cujo conteúdo transcrevemos: informação 33/DOP/2013: “Posteriormente e conforme previsto na legislação deverão ser entregues os projetos de especialidades, ressalvando-se que pretendemos analisar a coordenação dos projetos de estabilidade geotécnica/geológica para que sejam garantidas as condições de segurança no local. Recomenda-se ainda que os técnicos de geotécnica, envolvidos desde o início do processo, façam o acompanhamento de toda a execução da obra, além da referida coordenação”*). Na comunicação prévia a apresentar, e dado as condicionantes do território, recomendamos: 1 – A apresentação do Projeto de ordenamento e arranjo dos espaços exteriores, incluindo as áreas resultantes do escalonamento do terreno, cujos muros de suporte sejam delineados para que contribuam para a valorização estética do conjunto, com especial referência para o contorno sul/nascente onde a área de desenvolvimento dos muros tenha uma dimensão necessária e suficiente para que os prédios

abrangidos e confinantes não sejam prejudicados e evitando o corte bruto do terreno. 2 – Da atividade proposta alertamos para as condições de segurança contra riscos de incêndio, cujo projeto deve acompanhar o projeto de arquitetura e para o teor do parecer da Direção Regional do Comércio e Indústria anteriormente transmitido (of. 2701, de 2012/10/02 da VPGR/DRCIE). 3 – No projeto de arquitetura deve incluir a planta de implantação com indicação dos espaços públicos e dos espaços privados e respectivas áreas de cedência e considerar as recomendações do parecer do Departamento de Trânsito, *(cujo conteúdo transcrevemos: 145-SU-DT-2014: “...dado que a última doca com capacidade para 2 viaturas ligeiras localiza-se muito sobre o entroncamento, o que irá dificultar as manobras de entrada e saída do estacionamento, bem como gerar conflito entre o estacionamento e a pretensão de virar à direita, isto para quem circula no sentido ascendente da Estrada de São João, sugere-se que essa doca seja anulada, mantendo-se apenas a doca de paragem de transportes públicos de passageiros. Ressalva-se que esta sugestão diminui a capacidade de estacionamento, mas informa-se que logo a norte do entroncamento com a Rua Dr. Vélez Carço, existem docas de estacionamento que podem assegurar a oferta em estacionamento”)*. 3. A realização da Operação Urbanística está sujeita a comunicação prévia de acordo com o disposto no artigo 17º do RJUE, cujo pedido deve ser acompanhado com os elementos instrutórios definidos na portaria 232/2008, de 11 de março”.-----



-----**Declaração de Voto do PSD:** “O PSD votou contra, porque a informação prévia, mais concretamente a presente proposta de deliberação não salvaguarda a posição da Autarquia, assim como a do próprio requerente, ou seja, quando é dito “recomendamos que a área de desenvolvimento dos muros tenha uma dimensão necessária e suficiente” é muito pouco, pois é importante estar definido o que é uma dimensão necessária e suficiente, há que ser específico. Na própria informação técnica, DU-115, são levantadas questões que não se refletem nesta proposta de deliberação, nomeadamente o referido no ponto 2.1 alínea a) que é respeitante às cedências ao domínio público da Autarquia, ou seja, a aplicação da Portaria 9/95, o promotor tem de cumprir ou fica excetuado? No caso de não ter de cumprir há ou não compensações à Autarquia? Em termos da inserção urbanística da presente proposta nada é referido, também constata-se que o próprio parecer da DRCIE é de 02/10/12, logo esta Direção devia ter sido novamente ouvida face ao tempo decorrido (mais de 2 anos). Face a estas e outras questões houve a necessidade do Executivo solicitar a presença de uma técnica da Autarquia a fim de esclarecer, contudo esta pouco adiantou, pois não conseguiu esclarecer. Face ao referido e face ao nosso sentido de responsabilidade o nosso voto só pode ser contra.”-----

---**Declaração de Voto da CDU:** “A CDU votou contra pelas dúvidas que a informação prévia suscita e também por uma questão de coerência com a posição tomada aquando da aprovação

do Plano de São João.”-----

**6 – FUNDOS DISPONÍVEIS:**-----

----- - **Aumento excecional dos fundos disponíveis:** - De acordo com a proposta do Departamento Financeiro, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o aumento excecional dos fundos disponíveis no valor de € 1.980.000 (um milhão novecentos e oitenta mil euros), para fazer face à assunção de novos compromissos.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que eu, diretora do Departamento Jurídico, na qualidade de Secretária, redigi e subscrevo.-----

-----

-----